

“HISTÓRICO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS MACROESTRUTURAIS

Maria Izabel Plath da Costa – Mestranda, UFRGS (maria-costa@pc.rs.gov.br)
Cleci Regina Bevilacqua – Doutora, UFRGS (cleci.bevilacqua@terra.com.br)

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar as principais características macroestruturais do histórico do boletim das ocorrências policiais (BO) da Polícia Civil do RS, um texto especializado em virtude da temática, dos usuários e do fim a que se presta. A ferramenta *Corpógrafo* permitiu que se observasse um corpus formado por 12.000 históricos de BO de *furto*, registrados no ano de 2007, extraídos do *Sistema Consultas Integradas*, ferramenta que tem por função armazenar informações policiais. Verificamos, em quase todos os textos, que existe uma macroestrutura recorrente, composta por elementos microestruturais que deslindam a introdução (modo como ocorreu a ação); o desenvolvimento (o que foi furtado); e a conclusão (possível autoria do *fato*). Norteiam os estudos os pressupostos teóricos de texto especializado, sob a ótica da Teoria Comunicativa da Terminologia.

PALAVRAS-CHAVE: Texto especializado, terminologia policial, Polícia Civil, ocorrência policial, histórico de BO.

RESUMEN: El objeto de este trabajo es presentar las principales características macroestructurales del historial del "Boletín de Ocurrencias Policiales" (BO) de la Policía Civil del Estado de Rio Grande do Sul, caracterizado como un texto especializado por su temática, usuarios y finalidad. La herramienta *Corpógrafo* ha permitido observar un corpus constituido por 12.000 historiales de BO de *hurto*, registrados en 2007 y recogidos en el Sistema de Consultas Integradas, que tiene la función de almacenar informaciones policiales. Observamos que, en casi todos los textos, existe una macroestructura recurrente, que se refleja en elementos microestructurales: la introducción, es decir, la forma como ha ocurrido la acción; el desarrollo o lo que se ha hurtado; y la conclusión relativa a la posible autoría del hecho. El presente estudio se basa en los supuestos teóricos del texto especializado, desde el punto de vista de la Teoría Comunicativa de Terminología

PALABRAS-CLAVE: Texto especializado, terminología de la policía, Policía Civil, ocurrencia policía, historia de BO.

1 A PROPAGAÇÃO DOS TEXTOS ESPECIALIZADOS

A difusão do conhecimento e o avanço das tecnologias propiciam aos cidadãos uma vasta gama de informações, por isso os saberes especializados estão cada vez mais próximos da comunidade leiga. As informações não são mais fontes isoladas, próprias de determinados saberes. Veículos como a *internet*, disponibilizam conteúdos específicos a usuários difusos.

Os textos, que em tempos passados circulavam na forma impressa, agora são eletrônicos e atingem a um número maior de consulentes, em virtude das facilidades propiciadas pelo acesso via computador. Diante desse cenário da modernidade, inexistente conhecimento alijado, por isso é necessário dar a conhecer os textos que são produzidos por especialistas, pois eles são uma das portas de acesso às áreas especializadas, no que tange à recolha e ao reconhecimento dos termos.

O presente artigo visa apresentar o histórico do boletim de ocorrência policial – BO, registrado pela Polícia Civil do RS (PC/RS), um texto especializado em virtude da temática, dos usuários e do fim a que se presta. A análise de um corpus formado por 12.000 textos de históricos de BO de quatro *modus operandi* do crime de *furto*, *furto chuca*, *furto descuido*, *furto mão grande* e *furto punça*, registrados no ano de 2007, em todo o RS, permitiu observar a principal característica macroestrutural desses textos. Iniciamos situando o trabalho da Polícia Civil do RS (PC/RS) como área especializada da segurança pública e, posteriormente, explicamos o funcionamento de uma Delegacia de Polícia, o histórico BO, o texto especializado, as ferramentas computacionais para a coleta e processamento dos dados e as principais características macroestruturais do histórico do BO.

2 A POLÍCIA JUDICIÁRIA

A Secretaria da Segurança Pública – SSP/RS abriga quatro órgãos da segurança pública na sua estrutura organizacional, cada um com uma função específica, sendo identificação (Instituto Geral de Perícias - IGP); prevenção (Brigada Militar - BM); investigação (Polícia Civil - PC/RS), e correição (Superintendência dos Serviços Penitenciários -SUSEPE). Todos eles formam um organismo que tem como meta principal a segurança social e dialogam com a SSP/RS, instruindo os procedimentos policiais.

A organização da PC/RS compreende doze departamentos, que são representados pela estrela de doze pontas, símbolo da Instituição, sendo que cada ponta representa um departamento, conforme a ilustração abaixo:

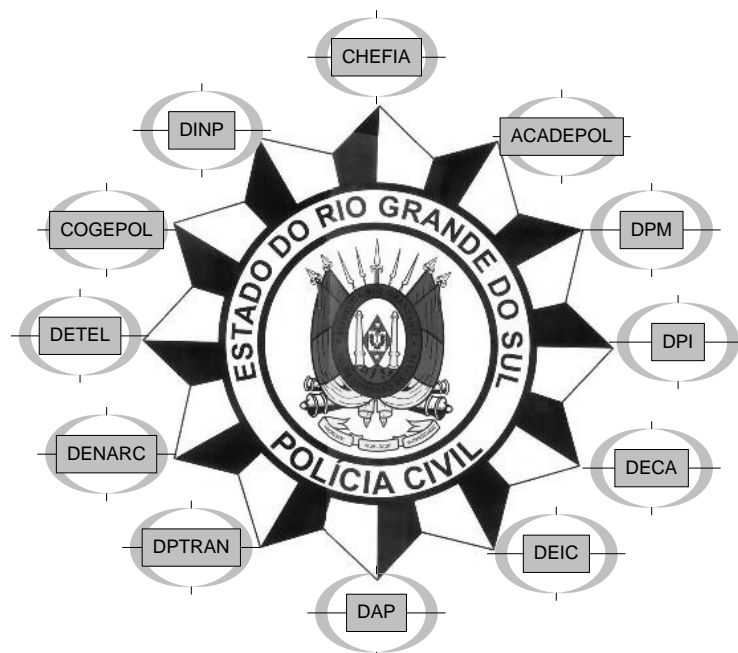


Figura 1– Símbolo da PC/RS e seus respectivos departamentos

Não existe nivelamento hierárquico entre os Departamentos, todos estão no mesmo patamar, a exceção da Chefia de Polícia, que colocamos no topo da estrela. A representação da PC/RS nas cores preto e branco representa o dia e a noite, suscitando que o trabalho investigativo não tem horário estabelecido.

A atividade de Polícia Judiciária compreende dois tipos de trabalho: o documental, que caracteriza o policial burocrata, que se dedica às funções administrativas e elaboração dos procedimentos policiais, e o operacional, que simboliza o policial *linha de frente*. Este último é o que se expõe de forma mais direta à violência física, devido à atividade externa e o contato direto com os grupos que contrariam a norma penal, pois é o que investe esforços na atividade investigativa. Apesar dessa divisão, tanto o policial burocrata como o operacional têm contato com a gíria dos meliantes, seja em depoimentos, seja em atividade externa, dela incorporando certos termos que, em consequência do uso entre os agentes policiais, terminam por figurar nos documentos por eles produzidos. Como esses jargões são registrados nos textos policiais e encaminhados a outros poderes, passam a fazer parte da linguagem especializada policial, e a integrar os termos da área.

A PC/RS atende todo o território gaúcho em 515 Delegacias de Polícia¹, sendo que destas, 418 têm sistema informatizado ativo para o registro de ocorrências². Essas DPs, por sua vez, estão subordinadas às DPRs, que somam um total de 29 em todo o Estado.

¹ Fonte: Serviço de Estatística/ Divisão de Planejamento e Coordenação/ Gabinete/ Chefia de Polícia - SE/DIPLANCO/GAB/CH em 27/11/2007.

² Informação fornecida pelo Departamento de Informática Policial (DINP) em 27/11/2007.

2.1 A DELEGACIA DE POLÍCIA

Acorrer a uma delegacia de polícia (DP), geralmente não é fato agradável a quem comunica um BO, considerando que a situação, gira em torno de uma notícia-crime, ou até mesmo uma perda de um documento. Entretanto, poucas pessoas conhecem a estrutura interna de uma DP, que tem os seguintes setores:

- a) “Atendimento e Triagem” - responsável pela recepção do cidadão que ocorre ao órgão policial. Caso o objetivo seja efetuar o registro de uma ocorrência, a pessoa é encaminhada para o setor a seguir explicado.
- b) “Atendimento ao Cidadão”- local onde é registrado o BO.
- c) “Secretaria”- além de atribuir às ocorrências registradas uma numeração interna, é o local responsável por arquivar uma via do BO, com o devido Despacho exarado pelo delegado de polícia. A Secretaria assessora o gabinete.
- d) “Gabinete”- sala reservada ao delegado de polícia.
- e) “Cartórios” – local onde atua o policial que exerce a função de escrivão e que executa os procedimentos necessários para a conclusão dos procedimentos policiais como, por exemplo, oitivas das partes envolvidas. Para o cartório, geralmente, são enviados os procedimentos que têm indícios, vestígios ou conhecimento da autoria.
- f) “Seção de Investigação” - via de regra, é o local para onde são encaminhados os procedimentos sem autoria. Contudo, as regras que determinam quais procedimentos são encaminhados à investigação são estabelecidas em conformidade com as características da circunscrição que a DP abriga.
- g) “Atendimento Individual” - é uma sala reservada ao registro dos casos que expõem a vítima à situação vexatória.
- h) “Sala de Contenção” – é o local onde ficam as pessoas detidas ou presas em flagrantes delitos, também chamado de xadrez.

3 O HISTÓRICO DO BO

Ao nosso entender, a peça mais importante de um procedimento policial é o BO, pois é por meio dele que uma notícia antes não divulgada torna-se pública para fins investigativos. O BO pode ser entendido como o clamor da sociedade em busca de justiça, pois muitas vezes o cidadão que ocorre a um órgão policial, muito antes de querer apurar a autoria do feito, quer apenas ser ouvido e que as suas declarações sejam tomadas a termo para surtir os efeitos legais.

Dentre os campos que compõem o BO, o histórico agrega a narrativa dos fatos noticiados pelo cidadão que comunica o fato criminoso. Essa comunicação dá origem ao Inquérito Policial³ e, a partir dela, são elaboradas as demais peças, necessárias à apuração da autoria, para o oferecimento da denúncia ao Ministério Público. Nesse contexto, é de suma importância a eficácia da comunicação da PC/RS para que a propositura a que se presta seja atingida.

O histórico do BO é um texto feito em plataforma DOS, com extensão *.txt, por isso as fontes desse texto são todas em maiúsculo, não havendo uso de caracteres como cedilhas e acentos. A estrutura do texto do histórico não comporta parágrafos, sendo a quebra de linhas automática. Quando necessária a troca de página na elaboração do texto, é feita via tecla *Page Down*, pois o campo ativo inicial do histórico comporta 25 linhas.

No momento em que chega à DP, ou que aciona a BM, o comunicante da ocorrência narra, de forma oral, os fatos para o policial, que os irá transformar em registros escritos no campo histórico do BO. Conforme aponta Hagen (2005, p.149), o público que acorre a uma Delegacia é variado, somando vítimas de crimes graves e violentos, pessoas que desejam registrar brigas entre vizinhos e indivíduos com problemas psíquicos, por isso, quando do registro do BO, o policial efetua uma espécie de classificação do que lhe é comunicado, selecionando os indícios que culminarão no registro de ocorrência. Nesse cenário, a transcrição, pelo policial, da oralidade do comunicante, gera o histórico de BO.

O policial tende a separar, no histórico do BO, a declaração dos atores envolvidos no cenário comunicativo, que são o próprio policial e comunicante da ocorrência, para imputar a este a responsabilidade pelas declarações prestadas, que tornam pública a notícia de um *fato típico*⁴. Com isso, o texto adquire uma macroestrutura que se repete, a exemplo da macroestrutura recorrente apontada por Hoffmann (1980), como veremos mais adiante.

4 O TEXTO ESPECIALIZADO

³ O BO, após o registro, é passível de quatro situações: instrui o Inquérito Policial (IP) quando é registrada ocorrência sobre *fato* cuja pena seja superior a um ano; o Termo circunstanciado (TC) quando é registrada sobre fato cuja pena seja inferior a um ano, é instaurado TC; o Procedimento Especial de Adolescente Infrator (PEAI) quando versa sobre ato infracional que é cometido por adolescente; é arquivada na DP quando é registrada apenas para fins de direito, ou em ação condicionada a representação e o comunicante não deseja representar contra o autor.

⁴ A narrativa do histórico do BO é de responsabilidade do comunicante da ocorrência. Existem casos, entretanto, que simbolizam exceção, quando o comunicante da ocorrência é o próprio policial, a exemplo dos casos de denúncia anônima, na qual o policial deve registrar o que a pessoa informou, bem como nos casos de Auto de Prisão em Flagrante e requisições do Ministério Público.

Considerando que o BO é um texto especializado, conforme afirmamos anteriormente, adotamos a definição de texto especializado proposta por Ciapuscio (2003,p. 30), que apresentamos a seguir:

Una definición de trabajo de los textos especializados puede ser la siguiente: se trata de productos predominantemente verbales de registros comunicativos específicos, registros que son definidos por los usuarios de los textos, las finalidades y las temáticas⁵.

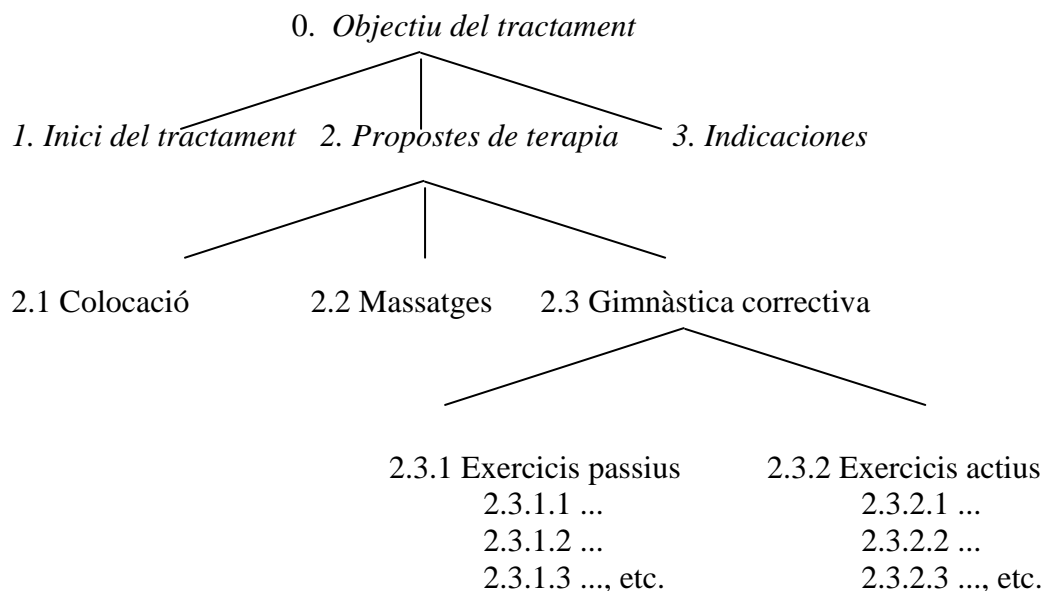
A linguagem especializada se processa por meio de um vocabulário específico, que dentre as possíveis formas de expressão, se manifesta nos textos. Em relação ao conceito de texto, compartilhamos com Eco (1984, p.4), a noção de que é um sistema semiótico bem organizado, sendo um signo um texto virtual, e, num processo de comunicação, um texto nada mais é que a expansão da virtualidade de um sistema de signo. O texto, como objeto de estudo, é passível de análise sob vários enfoques, metodologias e em diferentes níveis: formal, funcional, gramatical, semântico, pragmático ou cognitivo. Pode ainda ser analisado pelo viés da produção e da recepção, ou como resultado de um processo comunicativo. Neste artigo, apresentamos os textos dos históricos de BO como resultado do processo comunicativo especializado e, portanto, como texto especializado, que possibilita o estudo dos termos nos contextos onde eles ocorrem. Por serem considerados como o local que abriga os termos, o enfoque de abordagem desloca do “estudo de termos em textos” para o “estudo do texto que tenha termos”, como bem lembra Finatto (2004, p. 352).

Para Cabré (1999, p.171), o texto especializado caracteriza-se pela concisão e a sistematicidade. A concisão diz respeito à forma, a precisão ao conteúdo e sistematicidade à estrutura que, segundo Hoffmann (1998), depende do autor do texto, dos seus objetivos e da sua estratégia de comunicação e, tem peculiaridades que se realizam de várias formas, dentre as quais, na macroestrutura, na relação de coerência e coesão estabelecidas entre os elementos lingüísticos e na utilização de determinadas estruturas sintáticas, lexicais e morfológicas. A macroestrutura (idéias do texto) é destacada por Hoffmann (*op.cit*) como essencial, e situada na superfície, como uma sucessão de subtópicos, determinada pela função e pelo tema dos subtópicos em relação à totalidade do texto, em uma espécie de relação hierárquica.

O estudo em alguns artigos enciclopédicos e em instruções de uso realizado por este autor (1998, p.159) revelou, além da tendência a uma macroestrutura recorrente típica de determinados tipos textuais especializados, também o aparecimento de variantes da

⁵ Uma definição de trabalho dos textos especializados pode ser a seguinte: trata-se de produtos predominantemente verbais de registros comunicativos específicos, registros que são definidos pelos usuários dos textos, as finalidades e as temáticas. (Tradução das autoras).

arquitetura do texto, úteis para a condensação da informação. Essa macroestrutura recorrente apontada pelo autor é ilustrada do seguinte modo:



Na representação da figura 2, o item “0” diz respeito à unidade temática genérica que determina todo o texto, a qual ele denomina subtítulo. Os demais itens estão condicionados à proposição do subtítulo que aparece no topo e, com isso, é estabelecida uma relação hierárquica que aloca em graus diferentes as partes macroestruturais recorrentes do texto. Entre os subtítulos ocorrem relações de dependência, mais ou menos estreita.

O texto jurídico, sob o ponto de vista da finalidade e das condições do fenômeno comunicativo, é multifacetado e, conforme aponta Maciel (2001, p. 120), se desdobra em jurisprudencial, notarial, forense, dentre outros. Dentre os textos jurídicos, situamos o histórico do BO, que é produzido pela Polícia Judiciária para fins investigativos, desencadeando o Inquérito Policial (IP) e é peça-chave utilizada para o oferecimento da denúncia ao titular da ação penal. Araújo (2007, p. 8) compara o registro do BO com uma célula-ovo que dá origem a vida e ao movimento de ações processuais acerca de um fato que já se passou no tempo. A célula-ovo promove a multiplicação de células vivas, e o registro policial multiplica atos e procedimentos.

5 FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS DA COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS

As informações constantes no BO são processadas em um programa computacional denominado OCRW. Posterior ao registro, os dados do OCRW são enviados a dois sistemas:

o Sistema de Informações Policiais (SIP) e o Sistema Consultas Integradas (SCI), que é alimentado pela PC/RS, BM, Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), Tribunal de Justiça (TJ) e Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), do qual, em virtude das possibilidades de filtragem, nos servimos para a coleta do corpus.

Os critérios de filtragem que estabelecemos para a coleta do corpus, no SCI, são os seguintes: *tipo penal do furto*; data inicial e final, sendo mês a mês, todos os meses do ano de dois mil e sete; *fatos* “Consumados”, para excluir os registros de ocorrência da forma “Tentados”; origem da comunicação “Polícia Civil”; “Grupos de fatos” “Crimes”; “Sub-grupos de fatos” os que atentam “Contra o patrimônio”; *modus operandi furto chuca, furto descuido, furto mão grande e furto punga.*

6 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS MACROESTRUTURAIS DO BO

Analisando o histórico do BO sob o enfoque macroestrutural, é um texto sem parágrafos que, em um campo com 25 linhas iniciais, acrescidas de mais 25, se necessária a troca de página, é digitada a narrativa do comunicante. Como o policial tende a separar as declarações do comunicante do BO da sua própria declaração, finda a narração do comunicante o texto é sinalizado com expressões do tipo “Nada mais”, “Encerra”, “Assina”, dentre outras. Alguns textos, porém, continuam após essa finalização, sendo o texto subsequente as declarações do policial, autor do texto⁶, como mostra o exemplo a seguir:

AUTORIA DESCONHECIDA: INFORMA QUE NA DATA, HORA E LOCAL ACIMA CITADOS, CAMINHAVA PELA RUA COM A IRMA QUANDO UM INDIVIDUO PASSOU CORRENDO E ARRANCOU A BOLSA DELA.TEM CONDICOES DE IDENTIFICAR O INDIVIDUO. FOI FURTADO A C.I. DA COMUNICANTE. NADA MAIS. ORIENTADA A COMPARECER NA SI PARA VER O ALBUM DESTA DP. Corpus, *Mão-Mar* (2007).

A macroestrutura do histórico do BO é composta de elementos microestruturais que, apesar da inexistência de normas ou regras para o registro do BO, são recorrentes na totalidade do corpus sob estudo, do seguinte modo:

INFORMA O COMUNICANTE QUE EM DATA, HORA E LOCAL SUPRACITADOS TEVE FURTADO DO BOLSO DE SEU PALETO UM RADIO TRANSMISSOR MARCA X EM NOME DA EMPRESA TRANSPORTADORA X. QUE O FATO DEU-SE QUANDO O DECLARANTE ESTAVA SAINDO DE UM RESTAURANTE E FOI ABORDADO POR DOIS INDIVIDUOS, SENDO QUE UM COLOCOU A MAO NO BOLSO DE SEU PALETO PUXOU O APARELHO E SAIU CORRENDO. NM. Corpus,*Mão-Mai.txt* (2007)

⁶ A Lei 9.610/98, que dispõe sobre os direitos autorais, prevê, no 8, que não são objeto de proteção com direitos autorais de que trata a referida lei, no inciso IV, os textos de tratados, convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais.

No texto do exemplo, sublinhamos duas expressões, uma na parte inicial, que diz respeito à introdução, “Informa o comunicante” e, a outra na parte final, ”NM”, abreviação da expressão “nada mais”, que revela a conclusão, ou o final do texto. O que não está sublinhado é o desenvolvimento, quer seja, as declarações do comunicante.

A seguir, mostramos outro texto de histórico de ocorrência policial de *furto chuca*, registrado em abril de 2007, para ilustrar, através dele, as mesmas características que apontamos anteriormente:

INFORMA A COMUNICANTE QUE ESTAVA DENTRO DO ONIBUS E TIROU SUA CARTEIRA DA BOLSA PARA MOSTRAR SEU DOCUMENTO PARA O MOTORISTA E COLOCOU DE VOLTA EM SEGUIDA, COMO O ONIBUS ESTAVA LOTADO NAO CONSEGUIU SENTAR, FICANDO DE PE NO MEIO DAS PESSOAS. QUE AO CHEGAR EM CASA DEIXOU A BOLSA EM CIMA DO SOFA E EM SEGUIDA COLOCOU-A DEPENDURADA. QUE NO DIA 01.05.2007 FOI PEGAR SUA BOLSA E DEU POR FALTA DE SUA CARTEIRA, TENDO SIDO A MESMA FURTADA. QUE DENTRO DA CARTEIRA CONTINHA CARTEIRA DE IDENTIDADE, CPF , CARTEIRA DE PASSE GRATUITO DA X, TITULO DE ELEITOR, CARTAO DO X, CARTEIRA DE IDENTIDADE DE X, CPF, TITULO DE ELEITOR,CARTAO X. QUE NAO SUSPEITA QUEM PODERIA TER FURTADO, POIS O COLETIVO ESTAVA LOTADO. NADA MAIS. Corpus *Chuc*-Abr (2007).

Para demonstrar que a macroestrutura recorrente é composta por elementos microestruturais recorrentes, elaboramos, em forma de tabela, uma análise quantitativa das ocorrências, que foram encontradas no corpus:

Expressão	Posição	Função	Ocorrências	Frequência absoluta
Informa a comunicante...	Início do texto Introdução		2.170	0,27
Trata-se de (ocorrência de) ...			679	0,08
(Vítima/comunicante) Relata (m) a(s) vítima(s)...			3.012	0,37
Comparece (o/a comunicante/vítima)...			1.033	0,12
Comunica que			2.170	0,27
Nada mais (disse/encerra)	Final do texto Conclusão		3.601	0,45
NM			449	0,05
É o registro			696	0,08

Tabela 1– Elementos microestruturais da macroestrutura recorrente do histórico do BO

A coluna expressão corresponde à palavra-chave que foi pesquisada no *Corpógrafo*; a posição indica o local da expressão no texto; a função revela para que serve a expressão; as ocorrências apontam o número de expressões encontradas com a busca por palavra-chave e a frequência absoluta indica o número total das ocorrências no corpus.

Os exemplos citados são protótipos da categoria dos históricos do BO, que comportam a seguinte macroestrutura recorrente:

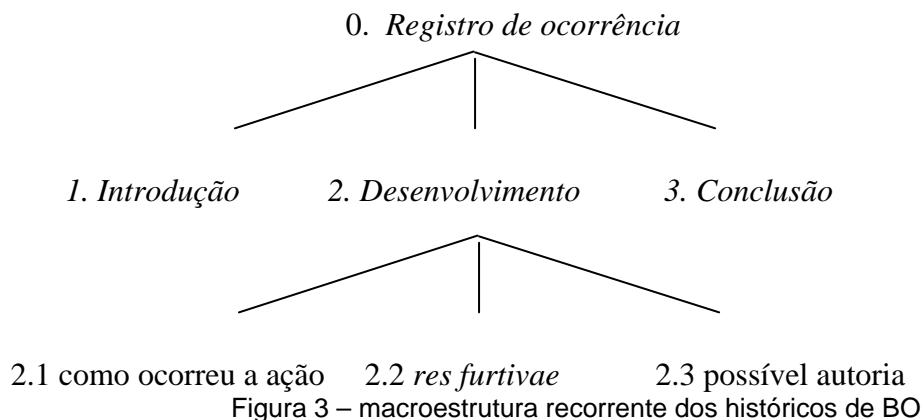


Figura 3 – macroestrutura recorrente dos históricos de BO

No esquema de macroestrutura recorrente demonstrado na Figura 2, o item “1.Introdução”, diz respeito à narração do policial, cuja missão é introduzir a comunicação do fato, com expressões do tipo “Informa que”, ou “Comunica”. O item “2. Desenvolvimento”, competência do comunicante, é tripartido e comporta o modo como ocorreu a ação, o que foi subtraído e a indicação se existe ou não, suspeito da autoria. Ao final, no item “3.Conclusão”, o policial novamente ingere e encerra a narração do comunicante com expressões do tipo “Nada mais”, ou “Encerra”.

Apesar da inexistência de norma ou regras estabelecidas para a elaboração do histórico do BO, foi possível identificar a macroestrutura recorrente apontada por Hoffmann (1980) com a grande maioria desses textos. Entretanto, justamente pela falta de regramento para a elaboração do histórico do BO, alguns desses textos são compostos por poucas palavras, ou uma frase, através da qual é noticiado o *furto*, sem indicar as circunstancias ou o suspeito da autoria, tal como mostra o exemplo seguinte “REGISTRA O COMUNICANTE O FURTO DOS OBJETOS INFRA CITADOS. Corpus, *Chuc-Mai* (2007)”.

Cabe destacar que o policial que irá proceder à investigação não é o mesmo que elabora o BO, por isso, é muito importante que o texto esteja carregado com os detalhes ímpares que ocorrem na situação que se estabelece no momento em que o comunicante acorre a DP para tornar o fato público.

Tanto a BM como a PC/RS registram BO, sendo que a BM, após o registro, envia os dados para a PC/RS, para cancelamento⁷. Pela análise dos históricos dos BO, é possível identificar aqueles registrados pela BM, pois esta adota um modo diferente de estruturação textual. Enquanto a PC, em muitos textos, inicia com a expressão introdutória “Informa que”, por exemplo, a BM inicia enquadrando a ação no *MOp*, a exemplo de “Trata-se de furto punha”.

Para ilustrar, a seguir mostramos um texto produzido pela PC: “*INFORMA A COMUNICANTE QUE NO REFERIDO DIA, BEM COMO HORARIO ELEMENTOS FURTARAM DO INTERIOR DE SUA BOLSA A SUA CARTEIRA DE TRABALHO E MAIS A IMPORTANCIA DE RS 55,00- E MAIS OS CARTOES X, X E FX. NAO TEM SUSPEITOS.NADA MAIS*”. Corpus *Chuc*-Jan (2007).

Abaixo apresentamos um histórico de BO da BM:

TRATA-SE DE FURTO CHUCA - RELATO POLICIAL: COMPARECEU NESTE POSTO POLICIAL A VITIMA BASTANTE ALTERADA E APARENTANDO ESTAR ALCOOLIZADA, INFORMOU QUE ESTAVA EM UM BAR BEBENDO, QUANDO FOI FURTADA, COMO INSISTIU QUE TINHA CONDICOES DE ASSINAR O PRESENTE BOLETIM DE OCORRENCIA, RELATOU O QUE SEGUE. VITIMA: O SR X, RELATA QUE ESTAVA BEBENDO NUM BAR NO SEGUNDO PISO DO SHOPPING, DEIXOU UM OCULOS MORMAI NO VALOR DE CENTO E CINQUENTA E DOIS REAIS MAIS DUZENTOS E CINQUENTA REAIS EM ESPECIE, TUDO DENTRO DE UMA MOCHILA NOS CUIDADOS DO DONO DO BAR SR X, AO VOLTAR DEU FALTA DO DINHEIRO E DOS OCULOS, APOS ESTES FATOS FOI RETIRADO DO SHOPPING E ENCONTROU DOIS POLICIAIS MILITARES MONTADOS A CAVALO QUE NAO LHE DERAM ATENCAO, ATE QUE COMPARECEU A ESTE POSTO POLICIAL MILITAR (RUA X) ONDE REGISTROU ESTE BOLETIM.O ELEMENTO, DONO DO BAR, NEGOU A AUTORIA DO FEITO.NADA MAIS. Chuc-Jan (2007).

A BM expressa textualmente, no texto do BO, de quem é a fala, uma vez que ingere com a sua versão acerca do que está sendo narrado, ao contrário da PC, que apenas relata a versão de quem vai até a DP. Neste prisma, a BM utiliza recursos vocabulares como “Versão do policial”, “Versão da vítima”, porque tem caráter de polícia preventiva, que vai até o local dos fatos para efetuar o registro e, por isso, deve ter uma versão que narra acerca dos fatos que presenciou:

RELATA A VITTIMA QUE CHEGOU EM SUA RESIDENCIA POR VOLTA DAS 22 HORAS APROXIMADAMENTE 15 MINUTOS APOS A SAIDA DE SUA FUNCIONARIA QUE TRABALHA EM SEU COMERCIO AGREGADO A SUA RESIDENCIA , ENQUANTO COLOCAVA O VEICULO NA GARAGEM FOI AVISADO POR SUA ESPOSA , QUE JA HAVIA ENTRADO EM CASA , QUE ALGUEM TERIA ENTRADO EM SUA RESIDENCIA , VISTO EXISTIR MUITOS OBJETOS ESPALHADOS PELA CASA , EM COMPANHIA DA BM PROCEDEU BUSCAS PELA CASA , MAS NINGUEM FOI LOCALIZADO E DO INTERIOR DA CASA FORAM FURTADOS OS SEGUINTE OBJETOS , 01 APARELHO DVD DE MARCA X , UM APARELHO MP4 OUTRO MP3 , UMA MAQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL X , 01 CELULAR X , 01 RELOGIO FEMININO

⁷ O cancelamento ocorre quando a PC/RS recebe, em alguma DP, o BO que foi enviado, eletronicamente, pela BM. Nos casos de *furto*, a PC/RS atribui um número ao BO e dá início aos tramites necessários para oferecer a denúncia.

MARCA X, VARIOS BRINCOS, CORRENTES, 02 RELOGIOS MARCA X. ** RELATO POLICIAL, QUANDO CHEGAMOS NO LOCAL FIZEMOS CONTATO COM A VITIMA E FIZEMOS BUSCAS NO INTERIOR DA RESIDENCIA VISTO QUE A VITIMA DESCONFIAVA QUE OS MELIANTES AINDA ESTIVESSEM NO INTERIOR DA RESIDENCIA, FATO NAO COMPROVADO, MAS UMA DAS JANELAS TINHAM SIDO DEIXADAS ABERTA PELO PROPRIETARIO. CONSIDERACOES FINAIS. Desc-Mar (2007).

Além da macroestrutura, os termos são outro ponto de observação que chama a atenção do leitor em alguns textos especializados. Durante a análise do corpus, pelo fato de agregarmos, além dos conhecimentos sobre a terminologia, também aqueles legados pela atividade policial, identificamos alguns termos empregados nessa comunicação especializada. A função de policial e o conhecimento sobre as teorias terminológicas, peculiares das autoras deste artigo, permitiu atribuir estatuto de termo a algumas ocorrências, as quais transcreveremos com os respectivos contextos.

A seguir listamos essas ocorrências, encontradas durante a leitura dos textos, sem o uso de ferramenta computacional. Os candidatos a termo estão sublinhados:

“...RETORNANDO PARA CASA, QUANDO SUBTRAIRAM DA BOLSA...” Chuc-Jan (2007).

“...HAVIA UM ELEMENTO QUE ENCOSTOU-SE NA COMUNICANTE...” Chuc-Jan (2007).

“...ABAIXO RELACIONADOS FUI FURTADA DE DENTRO...” Chuc-Jan (2007).

“TRATA-SE DE FURTO CHUCA...” Chuc-Jan (2007).

“AUTORIA DESCONHECIDA. COMUNICA QUE...” Desc-Nov (2007).

“TRATA-SE DE OCORRENCIA DE FURTO DESCUIDO...” Desc-Out (2007).

“REGISTRA QUE UM INDIVIDUO ARRANCOU SUA BOLSA...” Pung-Set (2007).

“TRATA SE DE UMA OCORRENCIA DE FURTO MAO GRANDE...” Mão-Fev (2007).

“APRESENTA PRESO EM FLAGRANTE DELITO NESTA DPPA...” Pung-Fev (2007).

“RELATO POLICIAL: RELATA QUE...” Mão-Mar (2007).

“TRATA-SE DE FURTO PUNGA. DESLOCAVA NO...” Pung-Mai (2007).

“QUE DILIGENCIU ATE O LOCAL E APREENDEU O ADOLESCENTE...” Mão-Mar (2007).

O termo *elemento*, quase que na totalidade dos textos, é uma escolha vocabular utilizada para induzir a interpretação do texto, uma vez que é usado para designar a pessoa que cometeu o crime, pois o suspeito é sempre referido como *elemento* ou *indivíduo*. Isso mostra que o reconhecimento da linguagem especializada em uso, ou *in vivo*, é a base essencial para o estudo do termo, sendo este o ponto inicial de observação de como essa linguagem se comporta no cenário em que se insere. O termo é compreendido como unidade de significação

especializada, ativada no ambiente em que ocorre, ambiente esse desenvolvido em função das especificidades da situação comunicativa e por uma comunidade de especialistas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo dá a conhecer, através dos exemplos citados, uma pequena amostragem dos históricos de BO. Apesar de não haver instrução normativa, regras ou legislação específica para a elaboração do texto que dá origem à denúncia-crime ao Ministério Público, observamos que existe uma macroestrutura recorrente, utilizada pelos policiais civis de todo o Estado do RS, na elaboração desses textos. Essa macroestrutura, na sua microestrutura, é composta por estruturas recorrentes, que ocorre em todos os textos.

O estudo revela que, além da macroestrutura recorrente, os textos abrigam os termos que são empregados na comunicação policial e, como nunca foi realizado algum estudo que dê conta de inventariar e descrever os termos policiais, eis aí a sua importância.

8 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto. O registro policial no Boletim de Ocorrência. PUCRS Virtual. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007. Disponível em: www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BAE621C72-7477-490C>. Acesso em: 26 mai.09
- CABRÉ, M.T. (1999) *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa e otros artículos*. Barcelona, IULA, 1999. 369p.
- CIAPUSCIO, G. *Textos especializados y terminología*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2003.
- ECO, Umberto. *Conceito de texto*. São Paulo : T.A. Queiroz, 1984. p.4.
- FINATTO, M. J. B. Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva lingüística. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004. v. 2.p. 341-357.
- HAGEN, Acácia Maduro. *O trabalho policial: estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBCCRIM, São Paulo: 2006.p.65-150.
- HOFFMANN, L. (1998) *Hoffmann, Lothar: llenguatges d'especialitat*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. Institut Universitari de Lingüística Aplicada. CABRÉ, M. T. (dir.)
- LORENTE, Mercè (dir.) 284p.
- MACIEL, Anna M. B. (2001) Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico.2001. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/termisul/biblioteca.php#teses>>. Acesso em: 06 mai.09